

HISTÓRIA DO MAGISTÉRIO: EXPERIÊNCIAS MASCULINAS NA CARREIRA ADMINISTRATIVA NO ESTADO DE SÃO PAULO (1950-1980)

PINCINATO, Daiane Antunes Vieira - FEUSP

GE: Gênero, Sexualidade e Educação / n.23

Agência Financiadora: Não contou com financiamento.

A ocupação do magistério por uma população notadamente feminina, sobretudo nas séries iniciais, é uma característica que tem sido apontada de modo reiterado por muitas pesquisas educacionais nas últimas décadas. No Brasil, a feminização do magistério, a relação entre mulheres e homens na busca pela educação formal, bem como a caracterização do tipo de profissional que desenvolve a atividade docente, podem ser tomados como exemplos de alguns dos objetos de análise dessas pesquisas.

No entanto, essa tendência não tem sido exclusivamente brasileira, indicando que tais características são determinadas por fatores históricos, econômicos e políticos de ordem mais abrangente. Michael Apple (1988), por exemplo, realizou um trabalho comparando fatos históricos dos Estados Unidos e da Inglaterra, relacionando-os às diversas ideologias que, segundo ele, têm determinado a feminização do magistério. Esse autor mostra que o magistério passou a ser ocupado majoritariamente por mulheres no final do século XIX, pois, originalmente, nos Estados Unidos e Inglaterra, a predominância nesse campo profissional era até então dos homens.

Além disso, Apple observa que “parece haver uma estreita relação entre o acesso de grande número de mulheres a uma ocupação e a lenta transformação desta” (p. 16). Ou seja, para ele, o simples fato de uma mulher passar a desempenhar determinada função na sociedade pode fazer com que a sua remuneração se torne mais baixa e o seu trabalho passe a ser considerado inferior e de menor *status*. Todavia, o autor comenta que o magistério acabou tornando-se um símbolo de ascensão social para muitas mulheres nesses países, pelo fato delas terem “muito pouca escolha ocupacional; e, comparado à maioria das alternativas – lavanderia, costura, limpeza ou trabalho na fábrica – o magistério oferecia numerosos atrativos” (p. 19).

Segundo esse mesmo autor, pode-se também atribuir a feminização do magistério ao fato de os homens terem abandonado paulatinamente essa profissão, transformando-a, assim, em um solo fértil para a atividade feminina, para o que

concorreram fatores de ordem diversa: sócio-históricos, políticos, econômicos e, também, ideológicos. Já os homens que permaneceram na profissão passaram a ser encontrados, em sua maioria, nos cargos de mais alta remuneração e *status* (Apple, 1988, p. 18). À medida que foram sendo criados novos cargos administrativos, os professores do sexo masculino foram se isolando das preocupações da sala de aula, o que certamente tornou mais evidente as discriminações de gênero, fortalecidas sobretudo pela ideologia da “vocaçãõ” feminina para o cuidado das crianças. Por todos esses fatores, significados femininos foram sendo gradativamente associados ao magistério, imprimindo em seus profissionais uma forma característica de perceber e praticar a docência. Logo, nota-se que “a diferença de gênero forneceu um meio importante de controle social” (Apple, op. cit., p. 19), tanto no caso dessa ocupação como em outras.

Discriminações no âmbito das relações de gênero têm também caracterizado a história do magistério no Brasil. A partir do estudo pioneiro de Luiz Pereira (1969), nota-se, por exemplo, que ao final da década de 1960 já era observada a grande participação feminina nas atividades docentes do antigo curso primário, cujo índice alcançava, àquela época, 93,4% entre “as 289.865 pessoas filiadas a essa atividade profissional na sociedade brasileira” (p. 17). Assim, admite o autor, “a distribuição das atividades pelos sexos, no interior do sistema de produção de bens e serviços, constitui apenas um caso de diferenciação interna dos sistemas sociais globais, em que o sexo, fator biológico, adquire conotação social e atua como força organizatória” (p. 18).

Para explicar a participação feminina na categoria docente do ensino primário, Pereira comenta que a expansão do nosso sistema escolar acarretou um aumento significativo no mercado de trabalho feminino. Segundo ele, tal situação devia-se, principalmente, às possibilidades que o magistério primário sempre ofereceu “à acomodação, quando não à integração, entre papéis domésticos e profissionais” (p. 29), tal como depois outros autores vieram a confirmar¹. Outro aspecto importante ressaltado por esse autor refere-se à “predominância feminina nas posições de ‘execução’ e masculina nas de ‘direção’” (p. 31). Ele mostra que no interior do sistema escolar, bem como em outras áreas, como saúde, assistência social, secretariado, etc., encontrava-se, já àquela época, um número muito maior de mulheres desempenhando atividades “subordinadas” ao invés de atividades de caráter administrativo.

¹ Ver, por exemplo, Bruschini e Amado (1988), Louro (1989), Demartini e Antunes (1993), Costa (1995), entre outros.

Por seu caráter pioneiro no Brasil, o trabalho de Pereira acabou por estimular nas décadas subseqüentes o desenvolvimento de muitos estudos que versaram sobre discriminações de gênero no sistema de ensino brasileiro. Com isso, ficou evidente a hierarquização que se estabeleceu no âmbito da carreira do magistério ao longo das décadas. Zeila Demartini e Fátima Antunes (1993) deram contribuição relevante sobre esse aspecto, pois confirmaram com novos dados uma das teses de Luiz Pereira, mostrando com ênfase como a maioria feminina não esteve, de fato, bem representada nos postos de controle, especialmente até a década de 60.

A propósito da distribuição entre homens e mulheres nas funções administrativas, observa-se que é no início da década de 1970 que a situação começou a se modificar. O trabalho de João Gualberto Meneses (1972) sobre o exercício do cargo de diretor de grupo escolar mostra, por exemplo, que naquele momento as mulheres já estavam representando cerca de 50% dos diretores de escola, na cidade de São Paulo. Daí em diante, assistiu-se a um aumento progressivo e bastante significativo no número de mulheres que passaram a assumir também os cargos administrativos da carreira do magistério. Em uma pesquisa realizada recentemente, Cláudia Vianna (2002) constatou, com base em dados oficiais, que 97,4% dos docentes de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental no Brasil são mulheres e que, além disso, elas ocupam atualmente 80,6% do corpo docente das 5ªs até as 8ªs séries, 60,8% do Ensino Médio e representam 90,1% dos diretores, coordenadores e supervisores ligados à Educação Básica.

Foram discrepâncias de tal ordem que deram ensejo, nos últimos anos, a um número cada vez maior de estudos que utilizam a categoria gênero para investigar a história da profissão docente no Brasil, cujo foco tem recaído, na maioria das vezes, sobre o trabalho e a experiência das mulheres. De fato, como afirma Cynthia Pereira de Sousa (2000), o uso dessa categoria, entendida como uma construção social, histórica e cultural que se faz em relação ao outro sexo, isto é, uma categoria relacional, constitui uma abordagem bastante disseminada e que tem privilegiado, de um modo geral e até o momento, a condição feminina. Assim, segundo a autora,

no campo da pesquisa histórica (...) emergiram várias linhas de pesquisa dando visibilidade à atuação e aos papéis desempenhados pelo gênero feminino nos vários períodos da história das sociedades revelando, muitas vezes, caminhos percorridos inusitados. Tais pesquisas, aliadas à consolidação da história oral como vertente da ciência histórica, puderam dar voz àquelas mulheres que, por variadas razões, nomeadamente as de ordem cultural, sempre tiveram mais o que dizer do que escrever (p. v).

No início da década de 1990, Guacira Lopes Louro (1992) fazia observações semelhantes, ao constatar que aqui no Brasil se tornavam cada vez mais frequentes os estudos que utilizavam a categoria gênero. Essa tendência acompanhava, segundo ela, “um movimento de caráter internacional, que tomou impulso na década de 70”, fazendo surgir também no Brasil “grupos de estudos no meio acadêmico que passaram a pesquisar questões sobre a mulher ou a refletir sobre as relações homem/mulher em nossa sociedade” (p. 53).

Tais estudos têm se constituído em contribuições importantes para avançar o conhecimento sobre a cultura escolar e, como parte desta, sobre a cultura do magistério como profissão, permitindo identificar valores, práticas e representações que foram se consolidando ou se transformando ao longo de cada período. Esse caminho apresentou-se, então, como uma das formas de se resgatar aspectos pouco conhecidos de nossa história da educação e, mais especificamente, da história do magistério.

Todavia, a despeito do grande interesse que as questões de gênero vêm suscitando na área da educação nos últimos anos, é curioso observar que, mesmo entre as produções estrangeiras, poucos são ainda os trabalhos que se detêm nas experiências dos homens, isto é, dando-lhes a oportunidade, tal como no caso das mulheres, de falarem sobre sua vida profissional e, com isto, revelarem suas formas de perceber os acontecimentos que vivenciaram ao longo de suas trajetórias². O presente trabalho foi elaborado com o intuito de oferecer uma contribuição nesse sentido.

A proposta foi a de desenvolver uma investigação voltada às experiências de homens que fizeram suas carreiras no magistério público do estado de São Paulo entre as décadas de 1950 e 1980, exercendo sobretudo as funções administrativas. Ao trabalhar com seus testemunhos orais, buscou-se oferecer a eles a oportunidade de contarem suas experiências de vida profissional e explicitarem suas percepções sobre o magistério e sobre si mesmos enquanto profissionais, de modo que se pudesse identificar suas representações a propósito das relações de gênero na profissão.

Tais experiências foram primeiramente obtidas mediante a aplicação de um questionário e, depois, por meio de entrevistas abertas para colher depoimentos orais. O grupo com o qual se trabalhou foi selecionado com base nos cadastros da UDEMO (Sindicato dos Especialistas em Educação do Estado de São Paulo), razão pela qual foi

² Um exemplo de estudo que se preocupou em focalizar a condição dos homens a partir de suas próprias histórias e considerando a categoria gênero é o recentemente desenvolvido por Cynthia Pereira de Sousa (2000).

formado, predominantemente, por professores que exerceram o cargo de diretor de escola. A escolha do período assenta-se na justificativa de que de tais décadas recobrem um período anterior e outro posterior à promulgação da Lei 5.692/71, que são bastante distintos no tocante à distribuição por sexo entre as várias funções da carreira docente em nosso estado.

No total foram enviados 850 questionários e, dos 845 que chegaram de fato aos destinatários, 158 foram respondidos. A partir das análises dos dados assim colhidos, pôde-se pensar na existência de três grupos diferentes de professores: os que se efetivaram na carreira do magistério antes da Lei 5.692/71; os que se efetivaram próximo dessa lei e um pouco depois de sua promulgação; e os que se efetivaram bem depois da lei e ainda não haviam se aposentado (a partir de 1976, aproximadamente). Tais grupos inicialmente se mostraram bastante relevantes para a continuidade do estudo, pois, de acordo com Roseana Leite Cortina (1999),

esse processo de valorização da formação em pedagogia culmina em 1968, quando passa a ser exigida a licenciatura em pedagogia com habilitação em administração escolar para o provimento do cargo de diretor escolar (...). Essa legislação estipulava um prazo de cinco anos para a regularização da situação dos integrantes do magistério (p. 66).

Assim, pensou-se que cada um desses grupos apresentaria especificidades em sua trajetória profissional, uma vez que o percurso na carreira entre eles teria sido influenciado por diferentes situações: os primeiros nem sequer suspeitavam da existência de uma lei que modificaria a estrutura da carreira do magistério como um todo; o segundo grupo já convivia com as expectativas da nova lei e, provavelmente, foi influenciado por isto; já o terceiro grupo a viveu por completo, até a chegada da nova LDB (n.º 9.394/96).

Sendo assim, a escolha dos professores que participaram da fase seguinte do trabalho de coleta dos dados empíricos, ou seja, a das entrevistas, levou em conta principalmente tais perfis. Foram selecionados, deste modo, sete professores correspondentes ao primeiro grupo, seis correspondentes ao segundo e cinco, ao terceiro. A localização da residência dos professores também foi levada em conta, pois buscou-se conhecer a trajetória profissional de professores tanto do interior do estado, como também do litoral e da capital.

As análises dos dados coletados por meio das entrevistas buscaram responder fundamentalmente as seguintes questões: que tipo de aspiração teria favorecido os

professores do sexo masculino a buscarem, prioritariamente, os postos administrativos na carreira do magistério? De que modo eles buscaram formação compatível com tais aspirações e que práticas profissionais realizaram para a ascensão na carreira? Que valores e representações presidiram em tais escolhas? Como se deu a divisão dos espaços profissionais com as mulheres nos diferentes momentos de suas carreiras? E, finalmente, qual a percepção que os homens formaram sobre si mesmos como profissionais do magistério?

O que se pretendeu buscar com isso foi uma melhor compreensão das mudanças ocorridas na carreira do magistério ao longo dos anos, com base na análise das percepções que esses professores manifestaram sobre suas trajetórias profissionais e, de uma maneira mais ampla, oferecer novos dados para um melhor entendimento do processo de feminização da profissão docente em nosso estado, partindo-se do pressuposto apontado por Luciano Mendes de Faria Filho (2000) de que uma boa pista para se compreender a crescente participação das mulheres na educação poderia ser uma maior discussão sobre as próprias representações de masculinidade, bem como as relações dessas com as representações e práticas que se produziram no interior do sistema educacional.

Do ponto de vista teórico, foram privilegiados três eixos principais: magistério e carreiras docentes; histórias de vida; e questões de gênero e representações masculinas. Sobre a noção de gênero, foram tomadas especialmente as concepções de Joan Scott; as de Robert Connell, para se compreender melhor a questão das masculinidades; e as de Roger Chartier, para as representações sociais.

De acordo com as considerações de Joan Scott (1995) acerca da noção de gênero, nota-se que, a partir desta, é possível explicar uma determinada sociedade com base, especialmente, na construção que é feita dos significados de masculino e feminino e na forma como estes organizam a vida social. Neste sentido, torna-se possível, também, compreender a maneira como os indivíduos ocupam determinadas posições estruturais no tempo e no espaço e como se originam as relações de poder que permeiam as sociedades. A autora admite, assim, que é a distinção masculino/feminino que permeia os significados produzidos socialmente em culturas diversas, constituindo o saber dessas culturas e dando origem às relações sociais, entre as quais as relações de poder.

Mas deve-se considerar que não se admite um significado único, comum a todas as sociedades e em todo tempo e lugar, mas, ao contrário, cada contexto, com suas

características próprias, determina o modo como são forjadas as representações sobre o que se considera masculino e feminino, do que resultam diferentes relações entre mulheres e homens, entre organizações e profissionais. Neste sentido, o gênero, ao mesmo tempo em que está presente na constituição das relações e das práticas, dando-lhes sentido, é também, conforme observou Scott, uma categoria capaz de possibilitar a análise dos significados implícitos nas construções sociais.

Deste modo, significar o magistério como profissão é construir um saber acerca do que é a profissão, do que é feminino e do que é masculino em nossa sociedade; é atribuir valores sociais a algumas características como sendo femininas e outras, masculinas, presentes nessa ocupação. Nesse caso, as diferenças sexuais foram, então, transferidas para o exercício de suas funções, carregando a docência de significados femininos por associá-la à maternidade e ao cuidado das crianças; e, por outro lado, atribuindo aos cargos administrativos significados masculinos por associá-los às posturas mais adequadas aos homens, como o rigor e a autoridade.

Pode-se supor, então, que no caso dos homens que exerceram a profissão do magistério as implicações causadas pelas questões acerca das masculinidades são bastante delicadas, visto que foi a própria ocupação que recebeu significados femininos ao longo de sua história. Assim, maior ainda se tornou, de acordo com os depoimentos colhidos nesta pesquisa, a responsabilidade em assumir-se como homem nessa profissão. Não somente pelo fato de o magistério ser uma profissão cuja maioria dos profissionais é, de fato, constituída por mulheres, mas também por ele não ter sido valorizado socialmente, ter remuneração baixa e arcar com o preconceito de que, aqueles que se dirigiram a ele, o fizeram porque não tinham competência para desempenhar outras atividades, que lhes confeririam maior prestígio.

Tais representações se confrontam, deste modo, com o conjunto de atitudes geralmente atribuídas aos homens, como ser poderoso, corajoso e obter sucesso e reconhecimento. Conforme indicou Pedro Paulo de Oliveira (1998), o modelo masculino admite quatro necessidades que o caracterizam: em primeiro lugar, o homem deve ser diferente das mulheres; em segundo, ele deve ser superior aos demais; em terceiro, deve ser independente e auto-confiante; e, finalmente, ser mais poderoso do que os outros. Alcançar êxito profissional é, desse modo, uma maneira de afirmar a masculinidade. Mas e no caso de profissões como o magistério, carregado de significados femininos e desvalorizado socialmente? Como esse grupo de homens se

percebia nessa carreira e como fazia para afirmar a sua masculinidade perante os colegas e perante a sociedade?

Necessário se faz desenvolver aqui algumas considerações acerca da questão das masculinidades. Em primeiro lugar, é fundamental reconhecer que não há apenas um tipo de masculinidade, fixa e a-histórica. Conforme indicado por Robert Connell (1995a), é necessário que se perceba que há relações entre os diferentes tipos de masculinidade, que podem ser de aliança, de dominação ou de subordinação. O autor aponta, deste modo, determinadas práticas e relações que constroem os diferentes padrões de masculinidade na nossa sociedade. O primeiro deles é a *hegemonia*, que se refere à dinâmica cultural a partir da qual um grupo exige e sustenta uma posição de liderança na vida social. Isto é, segundo esse autor, a masculinidade hegemônica é aquela que garante a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres, como forma de legitimar o patriarcado, além de explicar como um grupo particular de homens ocupa posições de poder e de riqueza, bem como legitimam e reproduzem as relações sociais que geram a sua dominação (Connell, Carrigan e Lee, 1985, p. 592).

Porém, um pequeno número de homens faz parte da masculinidade hegemônica, visto que poucos deles conseguem cumprir modelos normativos. Mas, por outro lado, uma grande quantidade de homens é o que Connell denominou cúmplice desse modelo. Nesse caso, os homens apresentam uma conexão com o projeto hegemônico, mas não encarnam a masculinidade hegemônica e, assim, a *cumplicidade* permite que se realize o dividendo patriarcal, mas sem gerar as tensões de pertencer à primeira linha do patriarcado (1997, p. 41).

A hegemonia se refere à dominação cultural na sociedade como um todo e, dentro desse contexto, existem relações de gênero específicas de dominação e subordinação entre grupos de homens, gerando, assim, mais um padrão de masculinidade: a *subordinada*. A homossexualidade é o exemplo mais importante nesse caso e, na ideologia patriarcal, é tudo aquilo que é simbolicamente expulso da masculinidade hegemônica. No entanto, ela não é o único caso de subordinação, já que alguns homens e rapazes heterossexuais são também expulsos do círculo de legitimidade, especialmente por meio de um vocabulário estereotipado, no qual, segundo Connell, resulta óbvia a confusão simbólica com a feminilidade (p. 41).

O último padrão de masculinidade apontado por esse autor é o da *marginalização*, que corresponde à inter-relação do gênero com outras estruturas, tais como a de classe e a de raça. Os homens que se identificam com esse padrão, tal como

salientou Connell, estão sempre à expectativa de uma autorização da masculinidade hegemônica do grupo dominante.

Por meio do estudo das lutas de representação, conforme salientadas por Roger Chartier (1990, 1991), é possível compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social e o seu domínio, tendo-se como questão central o ordenamento e, portanto, a hierarquização da estrutura social. Podem ser, então, observadas algumas das estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada grupo, um “ser-percebido” constitutivo de sua identidade.

Foram identificadas, neste sentido, algumas das estratégias utilizadas pelo grupo de professores estudado para afirmar a sua masculinidade no exercício da profissão do magistério. Uma delas, talvez a mais explícita, é a busca pelos cargos de mais alta remuneração e *status*, que eram, de acordo com as representações desses homens, mais adequados aos profissionais do sexo masculino, pelo fato destes terem a chance de dispor de maior autoridade e, conseqüentemente, conseguirem alcançar um maior respeito por parte dos alunos e dos demais funcionários da escola. Diversos estereótipos sobre as posturas consideradas as mais adequadas a cada sexo parecem ter sido, assim, determinantes para que alguns desses homens ascendessem na carreira.

Por outro lado, não se pode deixar de considerar nessa análise a busca por melhores salários, que teria influenciado praticamente todos esses homens a ascenderem na carreira e a exercerem os cargos que ofereciam melhor remuneração. Também nesses casos está implícita a representação de que os homens, por serem os provedores, precisariam receber melhores salários do que as mulheres. Uma outra maneira de se diferenciar das mulheres, de acordo com o grupo, foi a busca por cursos de especialização e, também, por outras graduações, ora para lecionarem em níveis mais elevados ou ascenderem na carreira, ora para desempenharem outra atividade profissional concomitantemente ao magistério.

Desse modo, ficou claro nos depoimentos desses professores o desejo, mesmo que inconsciente, de realizar atividades que os diferenciasssem das mulheres, tornando-os mais poderosos do que elas, inclusive. Porém, alguns deles, mais do que isso, desejaram ser mais poderosos do que os demais homens pertencentes à carreira do magistério, indicando que o patriarcado existe não apenas como um sistema de poder dos homens sobre as mulheres, mas também como hierarquias de poder entre distintos grupos de homens e entre diferentes masculinidades.

As análises desenvolvidas evidenciaram, assim, que subjacente à busca pelos cargos administrativos por parte dos homens encontram-se representações persistentes sobre o que significa ser homem em nossa sociedade e um forte desejo, mesmo que inconsciente, de afirmação da masculinidade, sobretudo pelo fato de, no magistério, esses profissionais se virem atuando em uma ocupação considerada socialmente feminina. Em vista disso, a esfera administrativa exerceu, nos casos examinados, uma atração que não se explica somente pela busca de melhoria salarial, mas talvez muito mais pelas chances de pertencer a uma esfera de poder, cujo exercício muitas vezes favoreceu as barganhas políticas e, mais ainda, ofereceu a oportunidade desses homens se perceberem como participantes, ou cúmplices, do que Robert Connell denominou masculinidade hegemônica. As relações de poder e o próprio peso e ingerência das políticas partidárias locais foram, então, decisivas na ascensão sobretudo daqueles profissionais que chegaram aos postos mais altos da hierarquia do magistério.

Corroborando estudos anteriores, tal como de Zeila Demartini e Fátima Antunes (1993), observou-se, ainda, que no interior da carreira do magistério formaram-se representações que se mostraram bastante arraigadas nas posturas do grupo e que se referem à idéia de que algumas atividades são mais adequadas às mulheres e outras, aos homens. Neste sentido, às primeiras caberia o cuidado das crianças pequenas e aos últimos, a administração das escolas e do próprio sistema de ensino. Constatou-se, portanto, que as diferenças sexuais foram transferidas para o exercício das funções do magistério, carregando, assim, a docência de significados femininos e os cargos administrativos, de significados masculinos.

Com relação à reforma de ensino de 1971, que reestruturou o ensino de 1º e 2º graus e passou a exigir dos profissionais da educação formação pedagógica superior para o exercício de cargos administrativos, o que se constatou foi que as modificações por ela ocasionadas foram sentidas de imediato pelos professores do grupo, sendo que as respostas variaram conforme cada caso: uns buscaram realizar os cursos necessários para permanecer nos cargos já conquistados; outros chegaram a perder o cargo e precisaram, por isso, recorrer ao ensino privado; e outros, ainda, sentiram-se pressionados pela nova situação, sobretudo quando os grupos escolares e ginásios se fundiram e eles tiveram que dividir seus espaços com outras pessoas até poderem conquistar o direito de dirigir a nova escola de 1º grau.

Pôde-se, no entanto, observar que para a maioria desses professores, especialmente os que tiveram suas experiências concentradas no período posterior à

5.692/71, é bastante forte a idéia de que essa lei teria sido um dos motivos responsáveis pela saída de muitos homens da carreira do magistério, que, ao invés de buscarem a formação necessária para prosseguirem na carreira, preferiram abandoná-la e procurar um outro ramo de atividade. Vista sob este aspecto e segundo esses professores, essa reforma teria sido, assim, um marco na história do magistério, pois a partir dela é que esse grupo pôde perceber mais nitidamente a saída dos homens dessa carreira, inclusive dos cargos administrativos, e a ocupação crescente desses espaços por parte das mulheres. No entanto, ainda assim, as representações formadas por esses professores acerca do magistério e de si mesmos enquanto profissionais não sofreram significativas alterações.

Deste modo, embora o magistério seja uma carreira ocupada majoritariamente por profissionais do sexo feminino, poucos foram os professores que se referiram explicitamente a dificuldades de relacionamentos na convivência com um grande número de mulheres. Mesmo assim, o que se constatou é que os estereótipos acerca destas são ainda muito fortes como, por exemplo, a idéia de que a existência de focos e de assuntos domésticos no ambiente de trabalho existem porque são trazidos e alimentados pelas professoras e, ainda, a representação de que elas são menos respeitadas do que os homens. De qualquer forma, nenhum dos entrevistados comentou sobre situações de confronto com elas como, por exemplo, a competição por determinado cargo, indicando que as representações que esses professores tiveram sobre a participação das mulheres na busca pelos cargos administrativos os fizeram acreditar que a progressão na carreira por parte deles se deu, entre outras razões devido ao desinteresse das professoras pelos cargos que eram, por natureza, mais apropriados aos homens.

Finalmente, a percepção que praticamente todos eles tiveram sobre si mesmos como profissionais da educação foi positiva: alguns afirmando que se fosse necessário escolheriam a mesma profissão e outros demonstrando que se sentiram satisfeitos com o magistério, mas que não voltariam a exercê-lo. Ao atentar para a percepção que tiveram ao assumir cargos administrativos, constatou-se que nem todos apreciaram ocupar os postos mais altos da carreira, principalmente em razão das interferências políticas que os impediam de tomar iniciativas próprias e decisões sobre o seu trabalho. Mas o mais importante é que todos eles mostraram a convicção de terem exercido uma profissão socialmente relevante e que nela se sentiram valorizados, realizados e reconhecidos.

Referências Bibliográficas:

- APPLE, Michael. Ensino e trabalho feminino: uma análise comparativa da história e ideologia. **Cadernos de Pesquisa**, n.º 64, p. 14-23, fev. 1988.
- BRUSCHINI, Cristina e AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. **Cadernos de Pesquisa**, n.º 64, p. 4-13, fev. 1988.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel / Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Coleção Memória e Sociedade, 1990.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 11, n.º 5, p. 173-91, 1991.
- CONNELL, Robert; CARRIGAN, Tim; LEE, John (1985). Toward a new sociology of masculinity. **Theory and Society**, v. 14, n.º 5, p. 551-603, september 1985.
- CONNELL, Robert. **Masculinities**. Berkeley / Los Angeles: University of California Press, 1995a.
- CONNELL, Robert. La organización social de la masculinidad. In: VALDÉS, Teresa; OLAVARRIA, José (eds.). **Masculinidad/es – poder y crisis**. Santiago: Isis Internacional, Ediciones de las Mujeres, n.º 24, p. 31-48, 1997.
- CORTINA, Roseana Leite. **Burocracia e educação: o diretor de escola no estado de São Paulo**. Araraquara: FCL / Laboratório Editorial/ UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 1999.
- COSTA, Marisa Vorraber. **Trabalho docente e profissionalismo**. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- DEMARTINI, Zeila e ANTUNES, Fátima. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. **Cadernos de Pesquisa**, n.º 86, p. 5-14, agosto 1993.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.
- LOURO, Guacira Lopes. Magistério de primeiro grau: um trabalho de mulher. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 14, n.º 2, p. 31-9, jul./dez. 1989.
- LOURO, Guacira Lopes. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero. **Teoria e Educação**, n.º 6, p. 53-67, 1992.
- MENESES, João Gualberto de Carvalho. **Direção de grupos escolares: análise de atividades de diretores**. São Paulo: Centro Regional de Pesquisas Educacionais “Professor Queiroz Filho”, 1972.
- OLIVEIRA, Pedro Paulo de. Discursos sobre a masculinidade. **Estudos Feministas**, v. 6, n.º 1, p. 91-112, 1998.

- PEREIRA, Luiz. **O magistério primário numa sociedade de classes: estudo de uma ocupação em São Paulo**. São Paulo: Pioneira, 1969.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n.º 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- SOUSA, Cynthia Pereira de. **Práticas de leitura, memórias de formação e relações de gênero: alguns estudos**. São Paulo: FEUSP, Tese de Livre-Docência, 2000.
- VIANNA, Cláudia. Contribuições do conceito de gênero para a análise da feminização do magistério no Brasil. In: CAMPOS, Maria Christina S. S.; SILVA, Vera Lúcia G. da (orgs.). **Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002, p. 39-67.